

CÓDIGO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANESTESIOLOGIA

CAPÍTULO I Do PROCESSO

Art. 1º - A instauração de um Processo Administrativo, contra qualquer membro da SBA, será de competência da Diretoria da SBA e só se verificará quando forem esgotados na Regional os recursos de persuasão e aconselhamento para evitá-lo.

Art. 2º - Todo e qualquer desrespeito ou infração às normas e princípios estabelecidos pelo Código Profissional e Econômico da SBA que, por conhecimento próprio ou denúncia formalizada, chegue à sua Diretoria será, na próxima reunião ordinária de Diretoria ou em reunião extraordinária especialmente convocada, apreciado para as providências processuais que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Se por deliberação da Diretoria, os fatos por ela conhecidos configurarem indícios de infração ou desrespeito ao Código Profissional e Econômico da Sociedade Brasileira de Anestesiologia, será instaurada sindicância.

CAPÍTULO II Da SINDICÂNCIA

Art. 4º - A denúncia, com as peças anexadas por termo, numeradas em ordem cronológica, será encaminhada ao Presidente da Comissão de Sindicância, em caráter sigiloso.

Parágrafo único - Dos autos devem constar a queixa e os documentos comprobatórios, com parecer inicial exarado pela Diretoria, fundamentado na possível infração ao artigo 6º do Código Profissional e Econômico da SBA.

Art. 5º - O presidente da Comissão de Sindicância designará, no prazo máximo de 15 dias, entre os membros da Comissão, 01 (um) Sindicante, que obrigatoriamente não seja membro da Regional a que pertençam os litigantes, para no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresentar relatório circunstanciado sobre os fatos que motivaram a queixa.

§ 1º - O sindicante promoverá os atos para que sejam esclarecidos os motivos da apresentação da queixa.

§ 2º - O sindicante encaminhará ao denunciado cópia da denúncia, solicitando que apresente a sua versão dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da juntada do Aviso de Recebimento aos autos.

Art. 6º - O relatório do sindicante será encaminhado pelo Presidente da Comissão de Sindicância, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, para ser apreciado pela Diretoria.

Art. 7º - Com base no parecer do sindicante a Diretoria da SBA poderá:

I - Arquivar a denúncia.

II - Encaminhar ao Conselho Regional de Medicina, com jurisdição sobre o membro investigado, denúncia sobre indícios de infração ética. Neste caso a Sindicância ficará

sobrestada, aguardando o trânsito em julgado no âmbito dos Conselhos de Medicina.

III - Instaurar Processo Administrativo de âmbito interno da SBA.

Art. 8º - Os prazos determinados para a Comissão de Sindicância poderão ser prorrogados por igual período, a critério do Presidente da SBA.

CAPÍTULO III Da INSTRUÇÃO

Art. 9º - Havendo deliberação da Diretoria pela instauração de Processo Administrativo, os autos retornarão ao Presidente da Comissão de Sindicância.

§ 1º - O Presidente da Comissão de Sindicância designará entre os membros da Comissão 01 (um) relator e 01 (um) revisor, que obrigatoriamente não sejam membros da mesma regional a que pertençam as partes, que sob a sua presidência constituirão a Comissão de Instrução (C.I.) de Processo Administrativo da SBA.

§ 2º - Após instauração do Processo Administrativo será garantido às partes o direito da ampla defesa e ao contraditório, em todas as fases do processo.

Art. 10 - Compete à C.I. instruir os processos profissionais administrativos no âmbito interno da SBA.

Parágrafo único - Os prazos determinados para a Comissão de Instrução poderão ser prorrogados por igual período, a critério do Presidente da C.I.

Art. 11 - O relator designado disporá de 90 (noventa) dias para instruir o processo, prorrogáveis por igual período, para apresentar relatório circunstanciado ao Presidente da C.I., contendo depoimentos, provas documentais e testemunhais, colhidas por sua iniciativa ou fornecidas pelas partes.

Art. 12 - Os membros da SBA, denunciantes, denunciados ou arrolados como testemunhas, estão obrigados a atender a convocação para prestar depoimento.

Parágrafo único - Havendo ausência não justificada antes da data prevista para o depoimento, ficará o faltoso sujeito às sanções do Código Profissional e Econômico da SBA.

Art. 13 - O denunciado que não responder às intimações previstas neste Código será declarado revel.

Parágrafo único - O Presidente da SBA designará um defensor dativo entre os demais membros da Comissão de Sindicância.

Art. 14 - A tomada de depoimentos, provas ou testemunhos, poderá ser feita:

I - Na sede da SBA.

II - Na sede da Regional da SBA onde ocorreram os fatos.

III - Por correspondência.

IV - Por carta precatória ao Presidente da Regional onde ocorreram os fatos que motivaram a denúncia.

§ 1º - Podem ser utilizadas formas combinadas destas providências.

§ 2º - O Presidente da C.I. determinará a(s) forma(s) de colhida dos depoimentos, provas ou testemunhos.

Art. 15 - As partes envolvidas no processo poderão utilizar-se de provas testemunhais ou documentais, sendo-lhes, ainda, facultada a assistência de advogado.

Art. 16 - O Presidente da C.I., ao receber os autos conclusos, abrirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação das razões finais.

Art. 17 - As partes serão notificadas dos atos processuais, assegurando-lhes vistas ao processo na secretaria da SBA, ou a pedido por manifestação formalizada ao Presidente da C.I., através da remessa postal dos documentos juntados aos autos, desde a última oportunidade em que coube ao interessado falar nos autos.

Art. 18 - Encerrada a instrução do processo, o relator deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ao Presidente da C.I., relatório circunstanciado da Instrução, no qual fará juízo de valor acerca dos fatos.

Art. 19 - O revisor disporá de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para apresentar relatório circunstanciado ao Presidente da C.I., no qual fará juízo de valor acerca dos fatos, concordando ou não com o Relator e justificando a sua posição.

Art. 20 - Findo o prazo para as alegações finais o Presidente da C.I. tomará as seguintes providências:

I - Apreciará eventuais nulidades processuais.

Parágrafo único - Se verificar nulidades processuais determinará ao relator que as sane.

II - Emitirá relatório para a Diretoria da SBA, em prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, no qual não fará juízo de valor acerca dos fatos.

Art. 21 - Recebido o processo, a Diretoria, por determinação do Presidente da Sociedade, marcará o julgamento que deverá ser realizado em sessão secreta, convocada especialmente com esta finalidade e realizada na sede da SBA.

CAPÍTULO IV Do JULGAMENTO

Art. 22 - O julgamento será realizado em reunião secreta da Diretoria, sendo permitida a presença apenas dos membros da Diretoria da SBA, do relator, do revisor, do denunciante, do denunciado e dos seus advogados.

Parágrafo único - A Diretoria da SBA poderá ser assessorada por advogado.

Art. 23 - A Diretoria da SBA notificará as partes da sessão de julgamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 24 - A sessão de julgamento será presidida pelo Presidente e será secretariada pelo Secretário-Geral, nos termos do Estatuto da SBA.

§ 1º - Será verificado o quorum estatutário, metade mais um de seus membros, e será declarada aberta a sessão de julgamento.

§ 2º - O Presidente solicita ao Secretário Executivo que conduza as partes à sala de julgamento.

§ 3º - O Secretário Geral, faz a leitura do termo de

abertura da sessão, fazendo a citação nominal do(s) denunciante(s), do(s) denunciado(s) e do(s) advogados(s).

§ 4º - O Presidente informa o procedimento do julgamento.

§ 5º - A seguir passa a palavra ao relator e ao revisor para a leitura dos seus relatórios.

§ 6º - O Presidente passa a palavra ao denunciante ou seu advogado, e ao denunciado ou seu advogado, nesta ordem, para a sustentação oral.

a) Cada parte disporá de 10 (dez) minutos para as respectivas sustentações.

§ 7º - Em seguida o Presidente informa aos Diretores que podem solicitar esclarecimentos ao relator, ao revisor, e por intermédio do presidente, às partes.

§ 8º - Esclarecidos sobre a matéria, o Presidente abre o debate sobre o mérito do processo.

§ 9º - A seguir o Presidente concede mais 5 (cinco) minutos ao denunciante e ao denunciado, ou a seus respectivos advogados, para as manifestações finais.

§ 10 - Havendo dúvida por parte de qualquer Diretor, este poderá pedir vistas do processo.

a) Havendo pedido de vistas o responsável deverá apresentar relatório circunstanciado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

§ 11 - Não havendo pedido de vistas, o Presidente ouvirá a votação nominal dos diretores. A dinâmica obedecerá à seguinte seqüência:

a) Votação das preliminares.

b) Votação pela culpabilidade ou absolvição.

c) Votação do artigo infringido.

d) Penalidade.

Art. 25 - Na presença das partes o Presidente fará a apuração com o Secretário Geral e anunciará a decisão.

Parágrafo único - O Secretário Geral redigirá e assinará com o Presidente o Acórdão referente ao julgamento.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 26 - As penalidades administrativas aplicáveis pela Diretoria da SBA são as seguintes:

I - Censura reservada.

II - Suspensão dos direitos de membro da SBA, de até 180 (cento e oitenta) dias.

III - Exclusão dos quadros da SBA.

Parágrafo único - A aplicação da penalidade de exclusão dos quadros da SBA só poderá ser efetivada com o referendo do órgão recursal, que é o Conselho Superior da SBA, devendo a Diretoria encaminhar automaticamente o processo a esta instância.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS

Art. 27 - De toda penalidade aplicada pela Diretoria, caberá recurso no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da juntada aos autos do Aviso de Recebimento pelas partes.

§ 1º - Decidindo o Conselho Superior pela manutenção da pena de exclusão do associado, o caso será obrigatoriamente apreciado pela AR.

§ 2º - Da decisão da Assembléia de Representantes que decretar a exclusão, caberá ainda recurso à Assembléia Geral.

Art. 28 - Os recursos contra as penalidades de suspensão dos direitos de membro e de exclusão dos quadros da SBA terão efeito suspensivo.

Art. 29 - O Presidente do Conselho Superior designará, entre os seus membros, um Relator dos Recursos interpostos, que deverá apresentar relatório circunstanciado de todo o processo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único - De posse do relatório o Presidente do Conselho Superior marcará a sessão de julgamento em grau de recurso.

CAPÍTULO VII DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

Art. 30 - O julgamento em grau de recurso pelo Conselho Superior será realizado em sessão secreta, durante reunião ordinária do Conselho, sendo permitida a presença apenas dos membros do Conselho Superior, do denunciante, do denunciado, dos seus advogados e de um advogado assessor do Conselho Superior.

Art. 31 - O Presidente do Conselho Superior notificará as partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 32 - A sessão de julgamento será presidida pelo Presidente do Conselho Superior e secretariada por Secretário eleito especialmente para a sessão.

§ 1º - Será verificado o quorum de metade mais um dos membros do Conselho Superior.

§ 2º - O Presidente solicita ao Secretário que conduza as partes a sala de julgamento.

§ 3º - O Secretário faz a leitura do termo de abertura da sessão, fazendo a citação nominal do (s) denunciante (s), do (s) denunciado (s) e do(s) advogados (s).

§ 4º - O Presidente informa o procedimento do julgamento.

§ 5º - A seguir passa a palavra ao relator dos recursos interpostos para a leitura do seu relatório.

§ 6º - O Presidente passa a palavra ao denunciante, ou seu advogado, e ao denunciado, ou seu advogado, nesta ordem, para a sustentação oral.

a) Cada parte disporá de 10 (dez) minutos para as respectivas sustentações.

§ 7º - Em seguida o Presidente informa aos Conselheiros que podem solicitar esclarecimentos ao relator dos recursos e por intermédio do Presidente, as partes.

§ 8º - Esclarecidos sobre a matéria, o Presidente abre debate sobre o mérito do processo.

§ 9º - A seguir o Presidente concede mais 5 (cinco) minutos ao denunciante e ao denunciado, ou aos seus respectivos advogados para as manifestações finais.

§ 10 - Havendo dúvida por parte de qualquer Conselheiro, este poderá pedir vistas do processo.

a) Havendo pedido de vistas, o Conselheiro responsável deverá apresentar relatório circunstanciado no prazo máximo, e improrrogável, de 30 (trinta) dias.

§ 11 - Não havendo pedido de vistas, o Presidente passará a votação nominal dos Conselheiros. A dinâmica obedecerá a seguinte seqüência:

- a) Votação das preliminares.
- b) Votação pela culpabilidade ou absolvição.
- c) Votação do artigo infringido.
- d) Penalidade.

Art. 33 - Na presença das partes o Presidente e o Secretário farão a apuração e será anunciada a decisão.

CAPÍTULO VIII DA PRESCRIÇÃO

Art. 34 - A pretensão à punibilidade por infração administrativa no âmbito da SBA prescreve decorridos 5 (cinco) anos contados da ocorrência do fato.

CAPÍTULO IX DAS NULDADES

Art. 35 - O ato processual nulo somente será assim considerado se houver causado prejuízo a qualquer uma das partes.

Art. 36 - O ato processual apontado por nulo será considerado válido ainda que, se realizado de outro modo, alcançar a finalidade original.

Art. 37 - A nulidade de qualquer ato processual dever ser alegada na primeira oportunidade em que o interessado tiver acesso ao processo, sob pena de preclusão.

Art. 38 - A decretação de nulidade não poderá ser requerida por quem lhe deu causa, nem a este poderá beneficiar.

CAPÍTULO X DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 39 - Em caso de condenação, o processo poderá ser revisto desde que surja fato novo ou uma razão qualquer ainda não apreciada nos julgamentos anteriores.

Art. 40 - A Diretoria da SBA e a Comissão de Sindicância, em reunião especialmente convocada, julgarão a procedência do pedido de revisão da penalidade imposta.

Parágrafo único - Se procedente o pedido de revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada.

Art. 41 - Do julgamento da revisão não poderá resultar agravamento da pena.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - As dúvidas surgidas na avaliação de possíveis infrações ao Código Profissional e Econômico da Sociedade Brasileira de Anestesiologia serão sanadas pela Comissão de Sindicância, respeitando-se os princípios gerais do Direito, o Estatuto da SBA e este Código.

Art. 43 - Este Código poderá ser reformado, no seu todo ou em parte, pela Assembléia de Representantes, por proposta:

I - Da Diretoria.

II - De, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos Representantes da AR.

Parágrafo único - As propostas deverão ser estudadas pela CERR, que emitirá parecer para a AR, no que se refere à compatibilidade com o Estatuto e outros dispositivos legais.